COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.841-D, DE 1994

Determina a utilização de Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico que apresentem potencial risco à saúde.

Autor: FÁBIO FELDMANN

Relator: Deputado LUIZ COUTO

I – RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 4.841-D, de 1994**, de autoria do Fábio Feldmann, tem por escopo determinar a utilização de Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico que apresentem potencial risco à saúde.

O projeto define a EEPC como “a embalagem projetada ou confeccionada de tal modo que seja significativamente difícil para uma criança com menos de cinco anos de idade abri-la ou retirar uma quantidade tóxica ou perigosa do produto nela contida, em um período razoável de tempo, e que não seja difícil sua abertura por um adulto normal”.

Nesse diapasão, determinou-se que a embalagem deveria obedecer os critérios estabelecidos no Anexo da proposição apresentada, no qual constam: 1) definições dos seguintes conceitos: produtos químicos de uso doméstico; embalagens em geral; e Embalagem Especial de Proteção à Criança; 2) padrões a serem seguidos pela EEPC, dentre eles o percentual de eficácia de resistência à abertura por crianças e o percentual de eficácia de abertura por adultos, além do fluxo não superior a 2 ml, quando se tratar de conteúdo líquido; 3) definição detalhada dos critérios e procedimentos para realização dos testes de eficácia das embalagens, aplicáveis a crianças e a adultos; 4) relação dos produtos que devem ser distribuídos em EEPC, incluindo todos os medicamentos, além de outros produtos de uso doméstico que contenham os percentuais das substâncias químicas que especifica.

Além disso, o projeto autoriza o Poder Executivo a instituir a Comissão Nacional de Segurança de Produtos Químicos Domésticos no âmbito do

Ministério da Saúde, determinando a finalidade e as atribuições da referida Comissão, os integrantes que deverão constituí-la e quem deverá presidi-la. Determinou-se, ainda, que o Ministério da Saúde fiscalize a aplicação das determinações contidas na proposição, bem como que proceda à sua regulamentação, caso necessário, no prazo de 60 dias subsequentes à publicação da lei.

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída:

- 1- à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (atual **Comissão de Defesa do Consumidor**), onde recebeu parecer pela **aprovação, com** as seguintes **emendas**:

Emenda nº 1 – CDCMAM: “O art. 8º do projeto passa a ter a seguinte redação:

O Ministério da Saúde, através de seu órgão competente, fiscalizará a aplicação desta lei, assim como os órgãos que integrem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, e providenciará, caso necessário, a sua regulamentação específica no prazo dos 60 (sessenta) dias subsequentes à sua publicação”.

Emenda nº 2 – CDCMAM: “O item 4, do Anexo III do projeto, passa a ter a seguinte redação:

4. Todos os saneantes domissanitários contemplados na Lei 6.360, de 1976, e no Decreto 79.094, de 1977, e os produtos para uso doméstico que contenham ácido muriático ou amoníaco”.

Emenda nº 3 – CDCMAM: “Acrescente-se, ao Anexo III do projeto, o item 8, que terá a seguinte redação:

8. Todos os produtos inflamáveis para uso doméstico”.

Emenda nº 4 – CDCMAM: “Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. 5º Os produtos relacionados nos Anexos III e IV desta lei deverão conter, em suas embalagens, logo abaixo do nome do produto, informações ostensivas sobre os riscos que acarretam à saúde do consumidor”.

Emenda nº 5 – CDCMAM: “Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. 6º As embalagens dos produtos de alta toxicidade de uso doméstico deverão ter impressa, com destaque, a figura da caveira e duas tíbias cruzadas, símbolo de perigo de vida”.

- 2- à Comissão de Economia, Indústria e Comércio (atual **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços**), onde o projeto recebeu parecer pela sua **aprovação, com adoção da Emenda nº 4- CDCMAM**.
- 3- à **Comissão de Seguridade Social e Família**, que votou pela **aprovação da matéria nos termos do substitutivo que apresentou**. O substitutivo limitou-se a determinar que medicamentos, saneantes domissanitários e produtos químicos ou inflamáveis de uso doméstico que apresentem potencial risco à saúde sejam colocados à venda em EEPC; conferiu à autoridade sanitária competente a possibilidade de autorizar, em casos específicos, a comercialização de tais produtos em embalagens comuns; vedou a majoração do preço do produto motivado pela adequação à nova EEPC; e, por fim, determinou que o Poder Executivo regulamentasse a lei no prazo de 120 dias contados da sua publicação.
- 4- e, finalmente, à antiga Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (atual **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**), a qual apontou a **inconstitucionalidade dos arts. 6º e 8º da proposição original, bem como da Emenda nº 1 – CDCMAM**, por violação do princípio da separação dos poderes e da repartição constitucional de competências, uma vez que estabelecem determinações, atribuições e prazos para o Poder Executivo. Nesse diapasão, foi apresentada a **Emenda nº 1 – CCJR**, que suprime os arts. 6º e 8º do PL nº 4.841, de 1994.

Além disso, a CCJC manifestou-se pela **constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), bem como das Emendas nºs 2 a 5 - CDCDMAM**. Foi identificada, todavia, a inconstitucionalidade do art. 6º do substitutivo em comento, que estabelece prazo para que o Executivo regulamente a lei advinda da proposição analisada, razão pela qual foi apresentada a **Emenda nº 1 ao Substitutivo da CSSF, que suprime o referido art. 6º da matéria**.

Foram apresentadas, ainda, outras duas emendas pela CCJR, quais

sejam:

Subemenda à Emenda nº 4 – CDCMAM, que faz apenas correções redacionais no texto da referida emenda; e a **Emenda nº 2 ao Substitutivo da CSSF**, que suprime o art. 8º da proposição, o qual determinava a revogação de todas as disposições em contrário à matéria.

Recebidos os pareceres das comissões de mérito, bem como o parecer acerca da constitucionalidade e juridicidade da matéria, a proposição foi à Plenário, onde foram oferecidas as seguintes emendas:

Emenda de Plenário nº 1 – que acrescenta parágrafo único ao art. 5º do Projeto de Lei, com o seguinte teor: “no caso de embalagens plásticas deve haver também recomendação gráfica sobre os riscos de sufocação de crianças”.

Emenda de Plenário nº 2 - Acrescenta artigo ao Substitutivo da CSSF, com mesmo texto constante na Emenda nº 1, de Plenário.

Emenda de Plenário nº 3 – Dá ao *caput* do art. 1º do Substitutivo da CSSF a seguinte redação: “os medicamentos, saneantes, domissanitários e produtos químicos ou inflamáveis de uso doméstico que, nos termos do regulamento, apresentem potencial risco à saúde, serão colocados à venda acondicionados em Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC”.

As emendas voltaram às comissões de mérito e de Constituição e Justiça e de Cidadania para receberem parecer. Nesse sentido:

- a Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo (atual **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços** – CDEICS) opinou pela **rejeição da Emenda de Plenário nº 1 e pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 2 e 3**, haja vista que as emendas nºs 1 e 2 possuem o mesmo conteúdo, mas relativas a proposições distintas, não podendo subsistir simultaneamente. Nesse sentido, optou-se pela adoção das emendas ao Substitutivo da CSSF e não da emenda ao PL nº 4.841-D, de 1994;

- a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (atual **Comissão de Defesa do Consumidor** – CDC) manifestou-se pela **rejeição de todas as três emendas de Plenário**. Rejeitou as duas primeiras em razão de considerar que “o risco de sufocação de crianças é inerente a qualquer objeto pequeno e não restrito às embalagens plásticas”; a terceira emenda, por sua vez, foi rejeitada por referir-se “a um regulamento inespecífico e, se adotada, certamente obstaculizaria a aplicação da norma”;

- a **Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF** – emitiu parecer pela **aprovação das Emendas nºs 1 e 3, de Plenário, e pela rejeição da Emenda nº 2**, por considerar que o art. 5º do Projeto de Lei nº 4.841-D, de 1994, é o local mais adequado para receber o texto proposto pelas Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.

Cabe, finalmente, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar as referidas emendas de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 4.841-D, de 1994 e ao Substitutivo da CSSF, quanto aos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, consoante disposto nos arts. 32, IV “a” e 54, I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Emenda nº 1 de Plenário, ao Projeto de Lei nº 4.841-D, de 1994, de autoria do Deputado Fernando Coruja, assim como as Emendas nºs 2 e 3, oferecidas ao Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao referido Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Fernando Coruja e Ricardo Barros, respectivamente, vêm ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise dos seus aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa (arts. 54, I e 139, II, “c” do RICD).

Quanto à **constitucionalidade formal** das proposições, não há o que se objetar. Com efeito, compete à União estabelecer normas gerais acerca da proteção e defesa da saúde (art. 24, XII da CF/88). Além disso, as proposições têm relação com o Direito do Consumidor, matéria de competência legislativa concorrente da União com os Estados e o Distrito Federal (art. 24, V e VIII da CF/88). Afigura-se, ainda, legítima a iniciativa parlamentar na hipótese, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa (art. 61, *caput*, da CF/88).

No que se refere à análise da **constitucionalidade material** da proposição, não se constata vícios, uma vez que são respeitados os preceitos e princípios plasmados na Lei Maior.

Quanto à **juridicidade**, de igual forma, nada há a se objetar, haja vista que as proposições examinadas, inovam no ordenamento jurídico, atendem ao princípio da generalidade normativa e respeitam os princípios gerais do direito.

Finalmente, no que tange à **técnica legislativa**, as Emendas nºs 1 e 2 merecem alguns reparos, para ajustá-las ao disposto na Lei Complementar n.º 95/1998, que dispõe sobre as normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Nesse diapasão, observamos que a Emenda nº 1 pretende acrescentar parágrafo único ao art. 5º do Projeto de Lei nº 4.841, de 1994, todavia, o art. 5º em questão já possui um parágrafo, que deveria ter constado no projeto original como “parágrafo único” e não como “parágrafo 1º”. Nesse caso, portanto, o parágrafo que se pretende acrescentar ao projeto original por meio da Emenda nº 1 será o §2º, equívoco que será corrigido por meio de subemenda apresentada por esta Comissão.

Quanto à Emenda nº 2, a proposição não menciona com exatidão o artigo do substitutivo que será alterado, o que será corrigido, também, por meio de subemenda apresentada por este Colegiado.

Em face do exposto, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com as subemendas apresentadas em anexo, das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3.**

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2016.

Deputado LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.841-D, DE 1994

Determina a utilização de Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico que apresentem potencial risco à saúde.

SUBEMENDA À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1

Dê-se à Emenda de Plenário nº 1 a seguinte redação:

4.841-D, de 1994: “Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 5º do Projeto de Lei nº

Art. 5º

.....

§ 2º No caso de embalagens plásticas, deve haver, também, recomendação gráfica sobre os riscos de sufocação de crianças”.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2016.

Deputado LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA AO PROJETO DE LEI Nº 4.841-D, DE 1994

Determina a utilização de Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC em medicamentos, saneantes domissanitários e produtos químicos ou inflamáveis de uso doméstico que apresentem potencial risco à saúde.

SUBEMENDA À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2

Dê-se à Emenda de Plenário nº 2 a seguinte redação:

“Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 1º do Substitutivo, renumerando-se, como §1º, o parágrafo único do dispositivo em comento:

Art. 1º

.....

§ 2º No caso de embalagens plásticas, deve haver, também, recomendação gráfica sobre os riscos de sufocação de crianças”.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2016.

Deputado LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Relator